

## **“Loteamentos clandestinos: a luta pela sobrevivência e a degradação ambiental no Colinas d’Oeste I/Osasco**

Corina Alessandra B. Carril Ribeiro – socióloga e mestranda em Ciências Ambientais – PROCAM- USP (corina@sabesp.com.br)

Helena Ribeiro – geógrafa, mestre e doutora em Geografia. Prof<sup>a</sup> livre-docente da Faculdade de Saúde Pública – USP (lena@usp.br)

Endereço: Deptº Saúde Ambiental – Faculdade Saúde Pública – Universidade de São Paulo  
Av. Dr. Arnaldo, 715 – São Paulo/S.P., Brasil CEP: 01246-904

O objetivo de nossa pesquisa foi o de investigar os principais problemas ambientais no loteamento "Colinas d’Oeste I" em Osasco. Nossa hipótese era que a formação e ocupação de loteamentos clandestinos, em áreas verdes, é pensada como estratégia de sobrevivência da população frente à exclusão social.

Para isso, reconstituimos a trajetória da ocupação do loteamento, a fim de compreender a estratégia de sobrevivência da população.

A área estudada, segundo a lei que dispõe sobre parcelamento, zoneamento e ocupação do solo do município de Osasco, é uma ZR1/04 - zona de uso exclusivamente residencial, de baixa densidade demográfica, constituída de duas categorias de uso R1<sup>1</sup> e R3.

Devido a problemas fundiários nesta área, o projeto de implantação do loteamento habitacional foi paralisado, o que gerou a ocupação precária do terreno e problemas sócio-ambientais.

Para desenvolvermos nossa pesquisa, inicialmente refletimos sobre a segregação espacial e a pobreza urbana no município de Osasco e como isso está relacionado com a produção de loteamentos clandestinos e a degradação sócio-ambiental e, em um segundo momento, no trabalho de campo, identificamos os atores sociais envolvidos na questão.

---

<sup>1</sup> A categoria de uso R1, trata de área residencial unifamiliar, inclui as edificações destinadas à habitação permanente, correspondente a uma, habitação por lote, enquanto que a categoria R3, trata de conjunto residencial.

## **I. Segregação espacial e pobreza urbana em Osasco: o modelo centro/periferia**

Apesar de hoje ser um centro comercial e de serviços importante, Osasco não perdeu seu caráter dependente de São Paulo. É em São Paulo que se concentra o poder econômico, político, tecnológico, que dá a fisionomia de São Paulo como metrópole.

A constituição histórica de Osasco, como área suburbana ou periférica em relação ao município de São Paulo, dentro do modelo dual centro-periferia<sup>2</sup>, defendido pelos urbanistas da década de 1970, ainda persiste. Entretanto, não se pode com isso tentar homogeneizar a questão da pobreza urbana. O município possui internamente bolsões de pobreza e riqueza misturados, ou seja, não há uma espacialização da pobreza de forma homogênea.

Sobre o modelo centro/periferia, no município de São Paulo, CALDEIRA<sup>3</sup> (1997), observa que:

*“Da década de 40 à de 80, a divisão entre centro e periferia organizou o espaço da cidade. Durante a vigência desse padrão, grandes distâncias separavam diferentes grupos sociais: as classe média e alta ocupavam os bairros centrais e bem-equipados em termos de infra-estrutura urbana, enquanto os pobres habitavam a precária periferia”. (CALDEIRA, 1997:156)*

Em Osasco, vemos distintas realidades entre os bairros centrais da zona sul e os mais longínquos da zona norte. Em parte, devido à localização das indústrias no município, que se concentraram nas áreas centrais, ocasionando crescimento populacional e econômico. Diferentemente, na zona norte, verifica-se a insuficiência de serviços públicos; grande contingente populacional de baixa renda; áreas limítrofes do município e áreas com cobertura vegetal, o que proporcionou a ocupação e a formação de loteamentos clandestinos.

---

<sup>2</sup> Trata-se de um modelo de explicação do funcionamento do espaço urbano, com ênfase na segregação espacial, ou seja, defende a idéia de que quanto mais longe do centro de São Paulo, maior a desigualdade econômica e social, com concentração de pobreza .

<sup>3</sup>CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. “Enclaves fortificados: a nova segregação urbana”. Revista Novos Estudos CEBRAP, nº 47, março 1997. PP(155-176)

*“A realidade dos bairros centrais é outra, pois estes apresentam uma melhor infra-estrutura urbana e se configuram, em sua maioria, como área de residências unifamiliares de padrão médio e médio-alto, em terrenos bem maiores que os da periferia. Nos bairros centrais vem ocorrendo, desde os anos 80, e mais intensamente nos anos 90, um processo de verticalização das construções, tanto para o uso residencial como para a implantação de prestação de serviços, como médicos, dentistas e escritórios em geral”.*

*“(…) Todo esse processo de expansão industrial e demográfica deu origem ao fenômeno da conurbação, pois o crescimento concomitante da área suburbana e da grande metrópole provocou a aglutinação dos núcleos próximos à capital paulista, em ambos os sentidos: do centro metropolitano em busca das áreas suburbanas e destas em direção ao primeiro”. (COELHO, 1998:114)*

Atualmente há autores, como TORRES<sup>4</sup> (1997), que propõem a revisão do modelo centro-periferia e a adoção do conceito de hiperperiferia<sup>5</sup>, pois a pobreza urbana não é mais homogênea como se pensava antes. A pobreza e a riqueza convivem no mesmo espaço. Ao lado de condomínios de alto padrão existem favelas e loteamentos habitacionais precários.

Podemos assinalar que, em Osasco, convivem diferentes realidades:

Há oposição entre centro (zona sul) e periferia (zona norte). Verificou-se o deslocamento da população de favelas em áreas centrais do município para áreas distantes, principalmente em direção ao norte de Osasco, e a criação de hiperperiferias. Um exemplo disso é a remoção da população do Jd. Rochdale (bairro central) em 2001, para o Açucará (área florestada ao norte de Osasco, com ruas de terra, sem água/esgoto e energia elétrica).

Verificou-se situação de conflito nas áreas limítrofes entre municípios, que estão sendo ocupadas por favelas, podemos citar o Jd. Imperial, bairro precário de Barueri, que faz divisa com Osasco e que a população ocupou desordenadamente. Há uma desarticulação entre as prefeituras, pois não querem assumir sua responsabilidade em relação ao bairro. Os moradores reivindicam obras de infra-estrutura e serviços essenciais à comunidade.

---

<sup>4</sup> TORRES, Haroldo. “Pobreza e espaço: padrões de segregação em São Paulo”. IEA/USP (Instituto de Estudos Avançado da Universidade de São Paulo). Vol. 17. 2003. P(97-128)

<sup>5</sup> “Uma importante consequência social da fusão entre desigualdade e a segregação é o forte efeito cumulativo dos riscos sociais e ambientais em alguns pontos críticos que chamamos de “hiperperiferias” (Torres e Marques, 2001)”. In TORRES, 2003. P(100)

Notamos a existência de bolsões de riqueza ao lado de áreas de pobreza, o que faz a periferia ser heterogênea. Deu-se a formação de condomínios<sup>6</sup> horizontais de alto padrão (do tipo chácaras residenciais), em áreas ditas periféricas, disputando espaço com a população pobre.

## **II. Características físicas da área do Portal d'Oeste II**

De acordo com o mapa “Desmembramento de gleba”<sup>7</sup>, a área estudada possui 346.961,00 m<sup>2</sup> e divide-se em duas partes: área A com 331.151 m<sup>2</sup> e área B com 15.809,20m<sup>2</sup>.

Através de material sobre o levantamento aerofotogramétrico da área, verificamos que trata-se de uma área de encostas, de difícil acesso humano, com brejos e minas d'água que resultam em um potencial de reserva de água.

Em nossa opinião, o tipo de uso adequado para essa área seria destinado à recreação e à conservação de áreas verdes, o que diverge da lei de zoneamento municipal<sup>8</sup> que a regulamentou como residencial.

O que vemos atualmente, nessa área, é a ocupação desenfreada por população de baixa renda, resultando em um processo de exploração ilegal de recursos naturais para fins habitacionais. A área está degradada e com seus recursos naturais comprometidos, transformando-se em área de risco. Há risco de deslizamento de terra, devido à retirada de vegetação natural; contaminação de água e destinação de resíduos de forma inadequada. O que significa riscos à saúde pública dos moradores.

---

<sup>6</sup> Verificamos a existência de chácaras de alto padrão no bairro Três Montanhas, zona norte da cidade. Bem próximo de áreas com loteamentos clandestinos.

<sup>7</sup> Material elaborado pela ECO – Arquitetos Associados S/C Ltda, a qual estava elaborando o projeto para criação do “loteamento de condomínios de Interesse Social “Antonio Conselheiro”, conhecido popularmente como Colinas d'Oeste I.

<sup>8</sup> Segundo a Lei orgânica, nº 1485 de 12 de outubro de 1978, que dispõe sobre parcelamento, zoneamento e ocupação do solo do município de Osasco, esta área é uma ZR1/04 - zona de uso exclusivamente residencial, de baixa densidade demográfica, constituída de duas categorias de uso R1 e R3. A categoria de uso R1, trata de área residencial unifamiliar, inclui as edificações destinadas à habitação permanente, correspondente a uma, habitação por lote, enquanto que a categoria R3, trata de conjunto residencial.

### **III. Antecedentes históricos**

Em meados de 1997, ocorreram as primeiras ocupações na área denominada “Colinas do Oeste I”, próxima ao bairro do Portal D’Oeste II, no município de Osasco.

É uma área particular obtida pela Associação Por Moradia de Osasco (COPROMO), com fins para implantação de um loteamento habitacional. No entanto, por haver problemas fundiários nesta área, não existindo registro de escritura oficial em cartório no nome dessa associação, o loteamento tornou-se ilegal. Conseqüentemente, o projeto foi paralisado, embargado pelo IBAMA (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) por realizar desmatamento de floresta em área ilegal<sup>9</sup>, desrespeitando os recursos naturais existentes.

Com as obras paralisadas e a demora na resolução do conflito, houve inúmeras ocupações na área, desde moradores que compraram lotes, até de famílias que viviam em outras áreas de risco no município e que viram no “Colinas do Oeste I” uma possibilidade de sobrevivência.

Instalaram inicialmente, cerca de setenta barracos no local. Atualmente, existem aproximadamente cinco mil pessoas vivendo em área de risco e sujeitas a vários problemas: ausência de saneamento básico e de energia elétrica, ou seja, sem as mínimas condições de vida.

A ocupação da área está gerando um conflito entre os moradores do loteamento e os moradores do bairro, no entorno, que se traduz em disputa pela água (desvio de água através de ligações clandestinas); queda na qualidade de vida do bairro (desvalorização dos imóveis); violência e medo na população.

Este quadro complexo nos dá a dimensão da complexidade dos problemas sócio-ambientais que são permeados por questões sociais, econômicas, culturais e políticas, não podem ser solucionada apenas no âmbito jurídico.

### **IV. Resultados**

O trabalho de campo foi desenvolvido em duas partes, a primeira centrou-se na aplicação de questionário, com perguntas abertas e fechadas, aos moradores do loteamento, de modo

---

<sup>9</sup> As leis que protegem a área são: Lei Orgânica do Município; Lei Estadual 9866/97; Lei de Proteção dos Mananciais 7663/91 e Lei de Crimes Ambientais 9605/91.

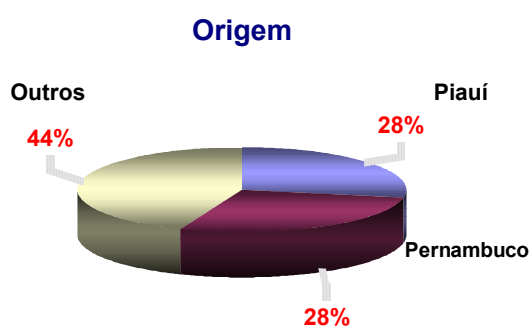
a traçar um esboço da população, captar os principais problemas ambientais do lócus da pesquisa e verificar a estratégia de sobrevivência da população.

A segunda parte do trabalho consistiu na gravação de depoimentos de atores sociais estratégicos. Foram realizadas 11 entrevistas abertas, às quais os depoentes narraram sua visão e envolvimento com a problemática do loteamento clandestino “Colinas d’Oeste I”: moradores vizinhos; líder do loteamento; moradores do loteamento; arquiteto responsável pelo projeto do loteamento; Prefeito de Osasco; Funcionária da Secretaria de Habitação e Diretor Técnico da Secretaria de Habitação de Osasco.

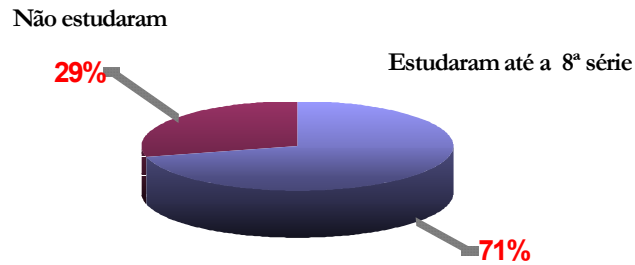
### V. Perfil social dos moradores

A realização de entrevistas e coleta de dados realizado no trabalho de campo permitem-nos obter um perfil sócio-econômico dos moradores do loteamento; as condições de habitabilidade; infra-estrutura urbana e os principais problemas ambientais existentes neste local. Destacamos alguns pontos importantes para esboçarmos essa análise:

- a) **Origem dos moradores:** Grande parte dos entrevistados veio das regiões Norte e Nordeste do país.

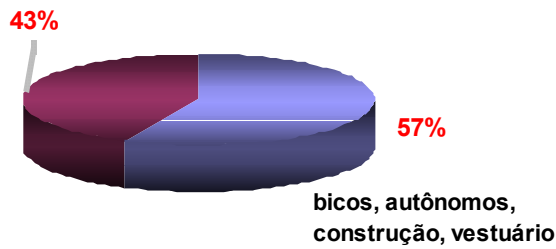


b) **Escolaridade:** Baixa escolaridade: a maioria cursou até o 1º grau

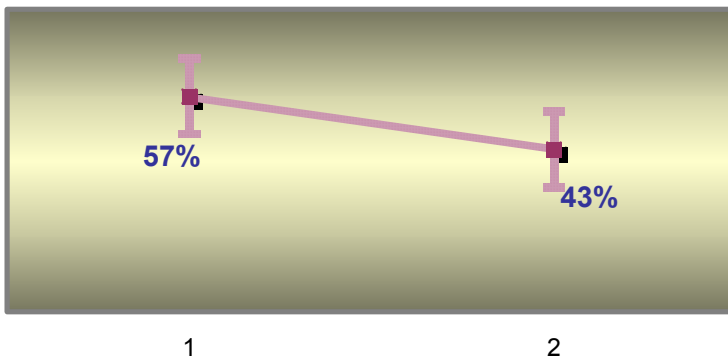


c) **Profissão:** Baixa empregabilidade: 57% fazem bicos e são autônomos (área da construção/ vestuário).

### Profissão

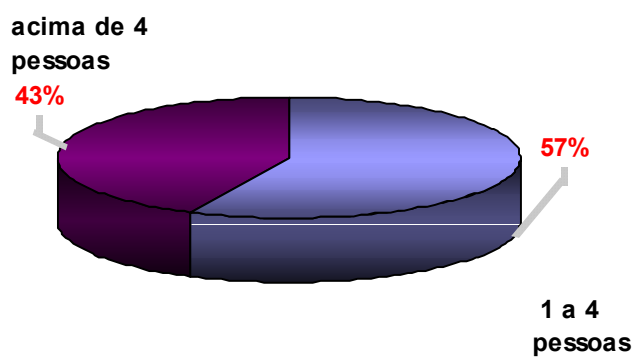


d) **Renda Familiar:** 57% possuem renda entre 1 a 3 S.M.; 43% possuem renda acima de 3 S.M.



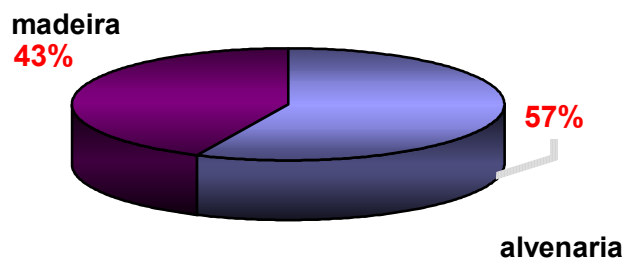
e) **Condições de habitação:** 57% das casas possuem acima de 4 pessoas; 43% das casas possuem de 1 a 4 pessoas

### Condições de habitação

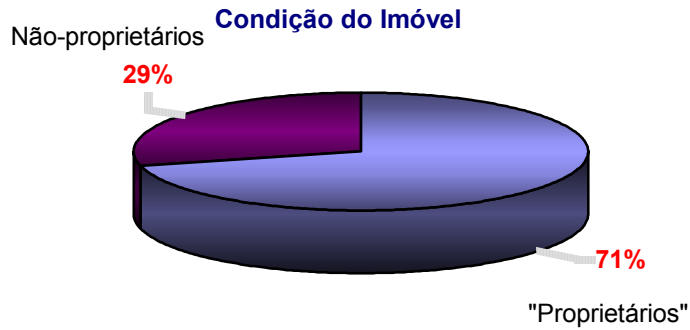


f) **Moradia:** 57% das casas são de madeira e 43% de alvenaria

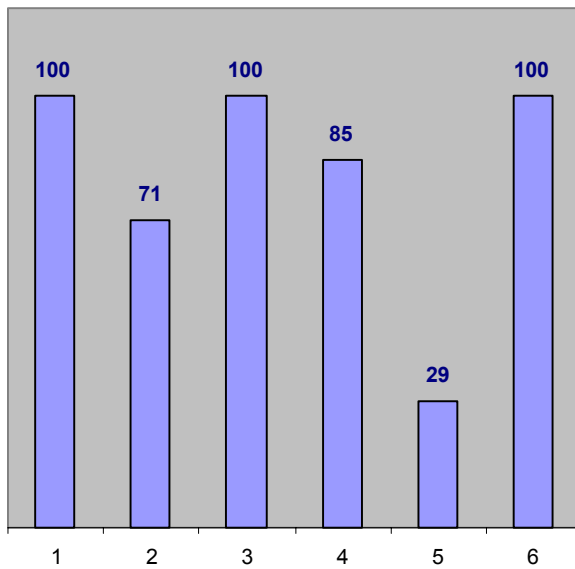
### Moradia



**g) Condição do imóvel:** 71% são “proprietários” e 28% ocuparam a área. Os moradores não pagam aluguel nem prestação, entretanto, não possuem escritura do lote



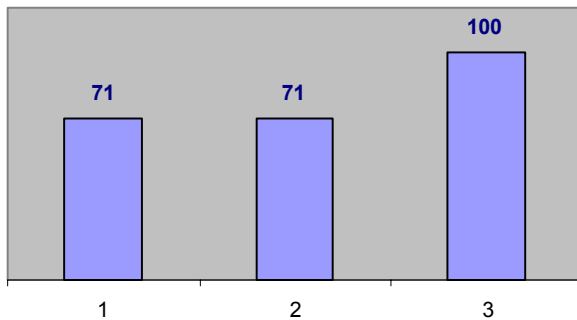
**h) Infra-estrutura urbana**



1. 100% possuem abastecimento de água clandestino
2. 71% possuem fossa séptica e 28% possuem esgoto a céu aberto
3. 100% possuem rede clandestina de luz e não há iluminação pública
4. 85% não possuem coleta de lixo
5. 29% possuem esgoto a céu aberto
6. 100% não possuem pavimentação (ruas de terra)

**i) Serviços públicos no bairro**

### Serviços Públicos



1. 71% não possuem acesso a creches no bairro
2. 71% não possuem acesso a posto de saúde e transporte público
3. 100% não possuem acesso a telefone público

### j. Problemas ambientais apontados pelos entrevistados

Água	100% (falta d'água 71%; água contaminada 28%)
Lixo sem destinação correta	100%
Falta de área verde, lazer e parques	100%
Esgoto a céu aberto	71%
Poluição do ar	57%
Barulho	57%
Morar próximo a aterro sanitário	42%
Contaminação de rios e córregos	42%
Deslizamento	28%
Enchentes	14%
Desmatamento	14%

Os problema mais apontados pelos entrevistados foram em relação ao abastecimento de água, (falta de água ); lixo sem destinação correta e falta de área verde, lazer e parques. Este mesmo resultado aparece nos questionários aplicados. A maior preocupação da população é com o abastecimento de água.

#### a) O que mais incomoda em morar no loteamento?

- “É a condução, água e luz;”
- “O que a gente pretende aqui é que seja feita uma benfeitoria, que seja oficializado para gente fazer depois uma construção. Não foi oficializado ainda, ruas precárias, quando chove fica ruim para a gente trafegar”;
- “É a água que vem um dia passa uma semana e não vem”;
- “A energia e água, se tivesse energia e água boa, nunca saía daqui”;

- “É quando chove a lama, e o sol vem é o pó”;
- “Esgoto. Não tem uma coisa certa. É tudo parte dos outros. Não pode pedir telefone, de vez em quando aparece rato”;
- “Não ter água e nem luz”

**b) Sobre os problemas citados, como isso afeta você e sua família:**

- “A água. Quero usar, lavar a roupa, fazer as coisas, é difícil”;
- “O que mais afeta é a urbanização, esgoto e ampliação dos terrenos”;
- “É a água. Tem vez que vou pegar lá no rodoanel, que não vêm.”;
- “A água que não tem, e a luz”;
- “A chuva, o tempo da chuva, o pó e a lama, o esgoto a céu aberto”;
- “falta de lazer, não tem lugar para levar as crianças para brincar. Elas fica cobrando”;
- “Água e luz. Seria um benefício pelo menos na rua principal. A gente já correu atrás, foi na Prefeitura, mas falta interesse dele”

## **VI. A visão dos atores sociais**

### **A visão dos moradores vizinhos:**

Segundo os moradores vizinhos, a dificuldade inicial em morar próximo do loteamento foi em relação ao roubo de água, pois acarretou falta de água aos moradores vizinhos, e atualmente são as ligações clandestinas de luz, que dificultam o uso de aparelhos eletrodomésticos.

*“Prá mim, prá todos está sendo difícil, né, está sendo muito difícil, por que, existe muita... eles não mexem né, com a gente, não faz nada, a gente tem amizade com todos nessa área mas, no começo foi difícil, devido à água, né, o extravio da água, e agora a água foi resolvido, né, graças às pessoas competentes de lá de dentro, e agora a gente está tendo problemas com a eletricidade, é esse o problema maior, a eletricidade agora, porque os aparelhos né, de eletrodomésticos, já não tão funcionando como antes, já fizemos reclamação, sobre isso, a Eletropaulo veio colocou alguns postes, mas o transformador prá eles não foi colocado ainda, o principal fica sendo o mais difícil, né”. (morador vizinho)*

### **A visão dos atores sociais sobre a ocupação do loteamento:**

Segundo o líder do loteamento, antes mesmo de seu estabelecimento na área, já havia uma ocupação anterior promovida por uma associação de moradores, de nome COPROMO.

*“Já tinha vários moradores ali em cima na invasão, que diz ser de uma Associação, e essa Associação nunca, não existe né, e, o povo vendendo lote lá em cima, e nós saímos lá do buraco que tava caindo os barranco e passamos pra cá, que vai nesse local aqui faz 3 anos, só que nós tava aqui no barranco, né, faz três anos que tamos aqui, só que aqui não tinha mata mais não, era mato baixo, eucalipto essas coisas, não existia”. (líder do loteamento)*

*“Tem mais de 5 anos que eu tô aqui. O meu, ali quando eu comprei ali o meu barraquinho. Ele foi o 5º ou o 6º por aí que foi o meu, aí depois eu*

*tive uns problemas lá, aí eu vendi lá, e comprei e vim pra aqui, né, mas já estava mais povoado, mas aqui era uma roça de milho, era só pasto, era só capim, não tinha ninguém”.(moradora antiga do loteamento)*

A partir do depoimento do arquiteto responsável verifica-se que a área do Portal d’Oeste é dividida em três partes: I, II e III. O Portal I e II foi ocupado por barracos sem planejamento nem infra-estrutura. A lei de zoneamento de 1978, destinou a área do Portal III para uso residencial de grandes áreas, do tipo chácaras de alto padrão, de maneira que se fosse preservar a área e não permitir a ocupação por população de baixa renda. No entanto, a legislação não foi suficiente para impedir a ocupação desordenada do morro e hoje estima-se no Portal, a convivência de 4.500 pessoas sem infra-estrutura urbana e cidadania.

*“É uma área de prá lotes, no mínimo de 2 mil m<sup>2</sup>, se não engano, cada lote, como se fossem para pequenas chácaras, era uma forma...então como eu tava falando...Ele tinha aprovado o Portal I e Portal II e deixou para aprovar o Portal III em outro momento. Em 78, com a mudança da lei 1475 de uso e ocupação do solo em Osasco, é foi a primeira lei de Uso e Ocupação do Solo depois do Plano Diretor de 66 que ainda até hoje teoricamente estaria vigente até hoje, mas na verdade não tem sentido nenhum aquele Plano Diretor antigo, esta lei aí estabeleceu um zoneamento na cidade com bastante restrições, principalmente no início da aplicação dela, no início da promulgação dessa lei, e lá naquela região do Portal d’Oeste, seria o Portal d’Oeste III, tava previsto pela lei, ao longo do córrego dele, das nascentes como zona de área verde e não podendo construir nelas, e nas outras áreas mesmo com a declividade, mesmo com todos aqueles acidentes, toda a declividade toda, era previsto para chácaras com no mínimo 2.000 m de área de terreno por lote, ou seja, ou residências de alto padrão ou chácaras, coisas desse tipo aí, isso deve ter sido visto como uma fórmula de frear a utilização que o Menck, o Antonio Menck pretendia, ou seja, como ele já tinha feito no Portal I e Portal II, lotes de 250 m que seriam subdivididos em lotes de 125 m, então com isso eles teriam digamos assim, refreado a utilização daquela área, que evidentemente ninguém iria, ninguém conseguiria lotear terrenos de 2.000 lotes, alguém que iria comprá-los pra fazer um padrão de um certo padrão elevado ao lado de um loteamento de padrão mais popular, como seria o Portal I e Portal II, deu pra entender bem, né, então essa área deve ter ficado pra trás...”(arquiteto responsável pelo projeto)*

A Secretaria de Habitação denominou o Portal d’Oeste II como Portal Campo (parte baixa) e Portal Menck (parte intermediária). A parte mais alta do morro conhecida como Colinas d’Oeste, tida como área de invasão em terreno particular não entrou no processo de regularização.

*(...)“Nessa parte da invasão, não. Aí a gente começou a assentar o pessoal depois dessa data, começou a assentar a área do Portal Campo e Portal Menck, que é as áreas que a gente cuida lá, regularizadas, demarcada lotes, se vai encontrar planta inclusive.*

*A gente denominou Portal Campo, Portal Menck. Esse negócio do Menck é porque foram as pessoas retiradas de um local e levada pra lá, o Portal Campo também, então mais é no Portal. Portal II, acho, Portal I. Se vai encontrar planta desse local tudo dividido em lotes, tal, tenho, se vai lá no técnico com o José Antônio, se vai pegar.*

*Essa área particular que tem os problemas, é essa área invadida, lá de cima, que chamam de Colinas d'Oeste. Olha nem sei direitinho quem vai te explicar direito a parte que é particular, é o Zé Antônio mesmo, que é engenheiro, ele sabe pelos mapas". (funcionária da Secretaria de Habitação)*

O diretor técnico da Secretaria de Habitação explica que há duas áreas do Portal d'Oeste II que estão em processo de regularização, o Portal Campo está em processo de desapropriação pois vai se tornar um piscinão contra enchentes, e a outra que é particular, do Sr. Antonio Menck.

A área que mais nos interessa na pesquisa é a área chamada de Colinas d'Oeste, e esta segundo o diretor, é uma área particular de uma cooperativa e afirmou não saber mais nada sobre ela.

*"(...) Existem dois, o processo fundiário está em andamento né, tanto na regularização na desapropriação da área, quanto na no projeto do piscinão, tendo essas duas, esses dois tópicos definidos parte-se para o projeto do loteamento social do assentamento social, por isso que o termo provisório ele ainda persiste, né, porque a gente tá trabalhando fielmente nestes dois tópicos anteriores".*

*"São duas áreas, duas áreas, uma área do Sr. Antônio Menck, da família Menck, e uma área do clube de campo. Automaticamente, que volto a repetir a Prefeitura não invadiu as áreas, a Prefeitura teve uma autorização, uma permissão dos proprietários para que fosse feita a ocupação, em função da emergência, né, vinda da reintegração de posse". (diretor técnico da Secretaria de Habitação)*

A advogada ambientalista que teve a iniciativa de denunciar ao Ministério Público a ocupação desordenada do morro, conta com espanto e horror os detalhes dos danos que esse loteamento clandestino ocasionou ao meio ambiente, como o desmatamento, e aterramento de fundos de vale.

***"Quando eu cheguei no Portal d'Oeste que eu ouvi dizer que tava tendo um grande movimento de terra lá, e aí eu dei de cara, com uma, tinha sido feito uma serpentina na montanha, eles tinham aberto uma estrada e cortaram o topo do morro.***

***Em 1996, aproximadamente junho de 1996, incontinente eu chamei a Polícia ambiental, a polícia na época florestal é de mananciais, a polícia militar florestal é de mananciais, e aí foi feito um auto de infração e a área foi embargada.***

*E a partir desse auto de infração foi encaminhado pro DPRN, Departamento de Proteção de Recurso Natural da Secretaria Estadual de Meio Ambiente, que também encaminhou pro Ministério Público, Procuradoria de Meio Ambiente e Urbanismo de Osasco, naquela época haviam duas promotoras muito sérias e muito responsáveis, as mesmas que embargaram a ocupação irregular no Açucara (Três Montanhas), então incontinentemente, elas suspenderam, embargaram a área, e deram início no inquérito civil regular, e até já tinham dado, feito, dado entrada na ação civil pública em 1997, na mesma época que foi promovida a invasão, e causou-me estranheza que com toda essa belíssima atuação do Ministério Público foi interrompida, eles transferiram as promotoras pra outras responsabilidades, e daí assumiu a Urbanismo e Meio ambiente, o Promotor Fábio Luiz (...)* (advogada ambientalista)

*“(...)eles removeram algumas famílias dali do braço morto do Rochdale, que tava correndo risco, porque ocuparam a várzea ali do braço morto, e aterraram lá uma parte do lado do clube de campo que é o contínuo dessa área do Portal d’oeste, e instalaram ali algumas famílias, quer dizer é o próprio representante do Poder Público inviabilizando a vida na cidade né, a sustentabilidade da cidade, eles mesmos promovem a degradação ambiental e social no município”* (advogada ambientalista).

### **Os principais problemas do loteamento:**

Os moradores do loteamento afirmam que os principais problemas são em relação à luz e água.

*“Que acontece que a água aqui no começo ela tem, direto, normal como no bairro normal. Mas lá em cima ela não chega, não tem condições, não chega de jeito nenhum. E a luz, se vê como é, além do perigo, esse monte de fiação na rua. Eu pedi 20 postes pro Prefeito, os postes que ele mandaram pra mim, que foi a Secretaria de Habitação mandou pra mim, foi essas..., que cê tá vendo aqui, aí eu peguei as...e pus naquelas ruas estreitas lá de cima e pretendo marcar uma reunião com o prefeito pra ver se soluciona isso aí. Por exemplo, eu falei com ele que ia marcar uma reunião com a Sabesp, com a Eletropaulo, pra ver o que nós conseguia fazer”.*(líder do loteamento)

*“Da água, energia, né, não só eu como todo mundo, né. Energia é clandestina, às vezes tem geladeira, que chega num certo horário nem funciona, por causa que a luz é fraca, né, ela cai, elas aumenta, às vezes também queima muito aparelho do pessoal aí, eletrodoméstico, eu mesmo já queimei geladeira, porque eu morava lá em cima, precisei comprar uma nova, tive que comprar nova, essa aí é até nova, e quando chega assim, a luz aqui não chega nem a ser 110W, é 100, é 90, não tem condições de ter um aparelho normal, né, em funcionamento, geladeira, um aparelho de som, um rádio mesmo, um liquidificador, essas coisas”.* (morador do loteamento)

Entretanto, verificamos que a inexistência de esgotamento sanitário e a disposição incorreta dos resíduos sólidos são indicadores da degradação ambiental e social dessa população.

*“O esgoto é jogado em fossa e corre para mata virgem, né, corre prá mata, o esgoto de baixo, E a respeito do lixão, o lixão já não prejudica mais pois quando nós viemos morar aqui logo no começo, a gente não agüentava mais o cheiro e a mosca, é então, esse lixo eu tive uma informação que ele tem o prazo de 4 anos prá ficar aí..”(líder do loteamento)*

Apesar de todos os problemas ambientais e sociais apontados pelos moradores do loteamento, segundo informação da Secretaria da Habitação, a área do Portal é um dos cem núcleos habitacionais implantados e regularizados com melhorias.

*“Nós temos cerca de 144 núcleos habitacionais, os quais 100 estão implantados e regularizados com melhorias, uns completos com toda infra-estrutura, né, e outros em andamento, nós temos 100 que estão implantados ou em andamento, então nós temos no nosso município cerca de 44 núcleos aos quais que estão para receberem as melhorias. O Portal faz parte do processo dos 100. O Portal já recebeu melhorias, Portal já está em andamento, o Portal já está regularizada, geometricamente definido a ocupação, né, vias abertas, rede de esgoto, rede de água, né, a rede de energia elétrica paga, isso faz parte do processo de implantação, nós temos 44 núcleos que não teve nenhuma melhoria, nada, nada, nenhuma melhoria, e nós temos cerca de 45, 43 assentamentos sociais horizontalizados totalmente integrados ao bairro”.(Diretor técnico da Secretaria de Habitação)*

### **Motivo da ocupação do loteamento pelos moradores**

A falta de condições econômicas dos moradores em pagarem aluguel em seus lugares de origem, aparece em vários depoimentos como o principal motivo dos moradores em ocuparem o loteamento. A ocupação do morro é a principal estratégia de sobrevivência da população, apesar de todos os problemas enfrentados no loteamento.

*“Eu pagava aluguel, eu paguei aluguel muitos anos no Jd. Bonança, paguei ali no Jd’Ávila, sempre pagando aluguel, sempre paguei aluguel. Cheguei a morar numa área livre também mas comprada, né. A casa comprada, a última casa que eu tava, o terreno que eu tava, foi de área livre urbanizada, foi comprada, comprada em três, no Bonança, a última, só que o terreno lá era meu, do meu filho, e da minha filha. Então nenhum dos três podia construir. Aí terminamo vendendo prá dividir cada um o seu pedaço.”. (líder do loteamento)*

*“O meu motivo de vim prá aqui porque eu não tive condições de pagar aluguel. Aí eu fui despejada de um certo lugar que eu morava, aí eu não tive condições nenhuma, aí eu tive que vim pra aqui, cheguei aqui passei uma série de dificuldades, por causa da água, da luz, a condução também que era muito difícil, mas agora no presente momento o Dr. Celso Giglio compadeu com muita oração, muita oração nós clamamos muito a Deus,*

*debaixo de muito luta, ele colocou uma água clandestina pra gente”.(moradora do loteamento)*

*“Eu morava aqui embaixo no Bonança de aluguel. Não, sossegado também, eu graças a Deus, pra mim tudo bom, tem nada a ver não. (...) Em parte tá, porque dá para economizar mais, nós não paga aluguel, né, por enquanto também, nós não tamo pagando nem água nem luz, mas eu preferia pagar e ter uma luz legalizada, uma água legalizada. Não só para mim como para todo mundo. É isso o que todo mundo quer isso aí.” (morador do loteamento)*

*“(...)Eu era passadeira, passava, era passadeira, eu já tava numa situação que daí ele não saía de casa, e ele me ameaçava muito, ele falava que o mal acomodado que se arretirasse, eu não tinha pra onde ir, pagar aluguel eu não podia, aí foi no tempo que tava começando essa invasão, aí eu comprei de um invasor”.(moradora do loteamento)*

### **Posição da Prefeitura frente ao loteamento:**

O depoimento do Prefeito mostrou que há uma intenção da Prefeitura em realizar um cadastramento da população. Isso revela a intenção da Prefeitura em regularizar a área. Mas não há qualquer menção de prazos ou datas.

*“(...)Eu não gosto vou me comprometer, mas eu quero que vocês saibam de uma coisa: vão ter toda a minha atenção, toda a minha atenção, eu não sei o que dá tempo da gente fazer esse ano, são tantas obras que eu tenho que entregar, eu tenho que acabar o asfalto no Portal, todas essas obras eu tenho que entregar, mas o Colinas é um dos locais o qual eu tenho mais preocupação, eu tenho muita preocupação, quem mora lá no Colinas? Eu tenho muita preocupação, e quero avisar vocês, pode ter certeza, faça lá o cadastramento, vamos começar esse cadastramento, pra gente encaminhar isso da melhor forma possível, não é um projeto fácil, lá vocês sabem, por causa da topografia, não é compadre, cês tem consciência disso né? inclusive muita área de risco ali, mas nós vamos, tenham confiança, a gente vai encaminhar pra lá, eu tenho muito respeito pela zona norte, e esse sofrimento vai acabar se Deus quiser.”(Prefeito Celso Giglio)*

Segundo a funcionária da Secretaria de Habitação houve a morte de um funcionário da Secretaria, durante o trabalho de cadastramento de moradores da área na Prefeitura. Isso revelou a violência realizada por grupos (facções) moradores do loteamento.

*“...Tem a parte do assentamento que foi feito pela Prefeitura de 2001 prá cá. Foi aquele trabalho de assentar, remover famílias do Rochdale, das invasões de área de risco, e remover todo mundo prá lá, então foi dois assentamentos: o Portal Menck e o Portal Campo, que a gente denominou as duas áreas, e tem a parte da invasão do vereador Didi, que trabalha com o pessoal lá, ele, então o pessoal invadiu tudo, é aquele monte de*

*gente, eles não tem muito o acerto de locais, foi colocando as pessoas lá, e a gente não teve muito acesso, que na época que começamos a cadastrar, começou a acontecer coisas tipo um funcionário nosso morreu lá. Ele foi assassinado porque os moradores não queriam que fizesse o cadastro”. (Funcionária da Secretaria de Habitação)*

A omissão da Prefeitura em relação a permissão do estabelecimento do loteamento clandestino é relatado no depoimento da advogada ambientalista:

*“Então o que a gente observa isso é um prejuízo muito grande pra toda a população de Osasco, porque há muitos vem se praticando esses loteamentos clandestinos, né, e aí até o momento não puniram nenhum responsável por isso, e quem está pagando a conta dessas degradações é a população que sofre por falta de qualidade de vida, sofre com escassez de água para o abastecimento, e onera sobremaneira, além de não oferecer condição de moradia digna pra essas pessoas, eles ainda colocam essas pessoas, expõe essas pessoas à risco de morte, em situação poluída, sem saneamento básico, sem nenhuma infra-estrutura e sujeita à sorte e por consequência vai gerando stress, apatia social e estourando em violência, né, então hoje o município de Osasco é um município bastante violento, faltam equipamentos sociais, faltam áreas de lazer (...)”*

#### **Importância ambiental da área do loteamento:**

*“A questão da invasão do Portal d’Oeste, eu denunciei desde o corte do topo do morro. Nós temos aqui: essa área integra os maciços do Pico do Jaraguá, que vai até Santana de Parnaíba, ah, ele é, a única interrupção que tem dentro com relação a esses maciços é a rodovia Anhanguera, ele é cortado pela rodovia Anhanguera. Então ela abriga os últimos remanescentes de mata atlântica nessa zona norte de Osasco. É o último remanescente.*

*Osasco hoje tem 27m<sup>2</sup> por hab. A Organização Mundial da Saúde recomenda 25 m<sup>2</sup> por hab. E a ONU recomenda 12 m<sup>2</sup> por hab. Então, hoje o município de Osasco, ele tem esses últimos remanescentes que seriam os maciços do Pico do Jaraguá na zona norte e depois na zona sul, os maciços arbóreos da Raposo Tavares e alguns parques isolados dentro do município.*

*Agora o que é importante com relação à esses maciços, é que eles abrigam as cabeceiras do córregos, que são contribuintes no Rio Tietê, e que deságuam no braço morto do rio Tietê, no Rochdale”. (Advogada ambientalista)*

#### **Degradação ambiental e social da área do Portal d’oeste II:**

*“(…) Né, as intervenções danosas que foram feitas nesses últimos anos na região, tá provocando a cada dia a ampliação da área de inundação no Rochdale, porque foram feitos grandes desmatamentos, foram aterrados fundos de vale, ali na área do jardim Três Montanhas. É, houve um agrupamento que a Prefeitura, instalado uma favela que a Prefeitura instalou no Três Montanhas. E a Prefeitura foi omissa com relação à ocupação do Portal d’Oeste”.*

*(…) Então as práticas danosas, a degradação ambiental praticada no Portal d’Oeste e no Jd. Três Montanhas, acabou repercutindo ajuzante*

*desses córregos, né que é no córrego Baronesa, o Baronesa nasce na Fazenda Paiva Ramos, e as nascentes do Portal d'Oeste são contribuintes também do córrego Baronesa, e todos esses deságuam no braço morto do rio Tietê.”*

*“(..).Eu não sei o quê que o Juiz vai decidir, mas de acordo com todas as provas que existem dentro dos autos, o consolidado é muito preocupante, porque já ocorreram, e na época eu alertei a todos que haveria problema de desmoronamento, faltava drenagem na área, não existia drenagem, então, erosões, né, processos erosivos, deslizamentos, recentemente teve a morte de uma criança que foi soterrada, já teve outros deslizamentos na área, tá, e alguns já foram noticiados, outros não, a gente nem fica com conhecimento porque eles não querem ser punidos, né, pelo mal que eles estão praticando prá essas famílias aí.”(advogada ambientalista)*

### **Proposta para a revitalização da área do loteamento:**

*“Hoje, a minha proposta pra essa área, seria a remoção dessas famílias para uma área ambientalmente adequada, né, que pudesse levar infraestrutura de acordo, que tivesse os equipamentos sociais necessários, que essa área fosse recuperada, voltasse a ser, fosse feita, fosse revegetado, né, que a recuperação ambiental dessa área, e que toda essa área do Portal, dessa encosta, ela pudesse ser transformada num parque público daquela região, pudesse se transformar em área de lazer, até o clube de campo dos eucaliptos”(advogada ambientalista)*

### **VII. Conclusão:**

Verificamos tanto nos depoimentos dos atores sociais, como nos questionários aplicados aos moradores do loteamento, uma semelhança em seu discurso quando apontam o motivo que os levaram a ocupar o morro da Colina. Segundo os entrevistados, a ocupação da área deu-se em virtude da falta de condições econômicas em pagar aluguel nos locais de origem. A estratégia de sobrevivência da população está ligada à ocupação desorganizada de áreas verdes, públicas ou privadas, que pelos problemas jurídicos existentes, e pelo longo tempo de espera para solucioná-los, possibilita aos moradores a compra e venda de barracos ilegais sem escritura.

A ocupação do loteamento representa um mergulho na ilegalidade e clandestinidade dos moradores em relação ao Poder Público, e sua luta pelo reconhecimento. Ocorre o parcelamento da área sem planejamento; a ausência de cadastramento dos moradores; o não pagamento de luz, água e IPTU.

Á longo prazo, a ocupação representa a esperança e única oportunidade dos moradores em possuírem o direito de morar, através da expectativa da regularização da área pela Prefeitura e a instalação de infra-estrutura urbana.

Apesar de à primeira vista, a ocupação ilegal dos moradores representar uma espécie de poupança, em que os recursos de cada família poderão ser investidos na transformação do barraco em futura casa, por outro lado, representa uma imenso sacrifício e persistência da população em permanecer na área, vivendo em um ambiente degradado; sujeita à deslizamentos de terra; riscos de morte; isolamento do bairro; violência; ausência de equipamentos urbanos; e com mínimas condições de saúde pública e de saneamento ambiental.

A transformação dos sujeitos ocultos em cidadãos, é resultado de um processo de luta de longa duração, árduo e imprevisível, pois acompanha os trâmites jurídicos e depende de Políticas Públicas que garantam a inserção dessa comunidade. Podendo resultar em regularização da área e posse dos moradores, ou na reintegração de posse ao proprietário e início de uma nova luta dos moradores por novas áreas passíveis de moradia e sobrevivência.

### **VIII. Bibliografia:**

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. “Enclaves fortificados: a nova segregação urbana”. Revista Novos Estudos CEBRAP, nº 47, março 1997. PP(155-176)

COELHO, Maria Inês Zampolim. “A estruturação do município de Osasco no contexto da Região Metropolitana de São Paulo”. Dissertação de Mestrado. USP/FFLCH, São Paulo, 1998.

EMPRESA PAULISTA DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO (EMPLASA). Figura: “Levantamento aerofotogramétrico”, 1996.

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO nº 1485, 1978

MIGNOZZETTI, Pietro. COELHO, Cláudio P. Projeto de urbanização: Loteamento de Condomínios de Interesse Social “Antonio Conselheiro”. ECO Arquitetos Associados S/C Ltda. 1996.

EMPRESA PAULISTA DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO (EMPLASA). Figura: “Levantamento aerofotogramétrico”, 1996.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OSASCO. Figura: “Denominação de ruas”, 2002.

TORRES, Haroldo. “Pobreza e espaço: padrões de segregação em São Paulo. Revista do Instituto de Estudos Avançados (IEA/USP), vol. 17, junho 2003. PP(97-128).